

O Congresso vai tomar vergonha?"

Os senhores — desde ontem ex-deputados — Felipe Cheidde, paulista, e Mário Bouchardet, mineiro, há muito tempo já carregavam o troféu de gazeteiros-mores na Câmara dos Deputados. Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte no ano passado, por exemplo, de 911 votações Bouchardet esteve presente em apenas 17 e Cheidde deu o ar de sua graça somente em 54.

A Constituição anterior já determinava que o parlamentar que não comparecesse a um terço das sessões legislativas do ano deveria perder o mandato. Os dois passaram a Constituinte longe de Brasília, recusaram-se, até mesmo, a assinar a nova Carta Magna brasileira e nada lhes havia acontecido, até anteontem. Aliás, se tivesse sido feito, nos últimos anos, um rigoroso controle da presença dos parlamentares nas sessões da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional, muita gente já teria recebido a mesma pena. Basta lembrar que neste ano de 1989, em 65 sessões na Câmara, só duas registraram quórum para votação — terça e quarta-feiras desta semana. Isso porque desde o início da semana está em vigor uma ordem para cortar a diária — ou seja, descontar 300 e poucos cruzados — do deputado que não marcar o ponto e não justificar a ausência.

O que, então, levou a mesa diretora da Câmara dos Deputados, numa atitude inusitada e, como vimos, um pouco atrasada — mas nem por isso menos louvável —, a cumprir a lei e determinar o fim dos mandatos dos srs. Cheidde e Bouchardet?

A resposta para esta pergunta está no fenômeno que registramos ontem em nosso editorial: a decisão da mesa da Câmara é consequência direta das reações que já começaram a aparecer na sociedade contra os abusos que vêm sendo cometidos por políticos e governantes. As pressões populares, as denúncias dos meios de comunicação, começam a surtir efeito. De cara, essa nova atitude do legislativo federal vem destruir o velho mito que os políticos gostavam de alimentar, de que todas as denúncias de mau comportamento da classe política, todas as críticas ao legislativo, eram mal-intencionadas. Durante muito tempo os políticos apregoaram que essas denúncias visavam denegrir a imagem das instituições e minar os regimes democráticos. Com a mudança do comportamento, eles provam de forma indesmentível que quem fazia as denúncias estava contribuindo para fortalecer o regime democrático. Como confirmou, aliás, o deputado paulista Fernando Gasparian ao comemorar a punição a Cheidde e Bouchardet:

“Que beleza, que beleza! O Congresso vai tomar vergonha.”

Sé vai, é porque não tinha até agora.

Agora, é esperar que tome mesmo, que a cassação dos dois ex-deputados não tenha sido apenas uma jogada de **marketing** para dar satisfações à opinião pública.

Contudo, se quiserem, realmente, melhorar sua imagem junto à população, os políticos não podem parar por aí. Para começar, precisam corrigir as últimas asneiras que andaram cometendo pelo país inteiro — os absurdos aumentos salariais que se outorgaram — e que estão gerando essa onda de indignação e revolta na sociedade, como nunca se viu no país. Dois deputados estaduais — José Dirceu (PT-SP) e Nereu Massignan (PSDB-PR) — apresentaram propostas nas Assembleias Legislativas de seus estados vinculando os aumentos dos parlamentares ao reajuste do funcionalismo.

É uma boa sugestão, mas não é o suficiente. Primeiro, é preciso criar uma regra geral, que comece da Presidência da República e atinja todos os servidores públicos, nos executivos, nos legislativos e no judiciário (é bom não esquecer que governantes, deputados, senadores, vereadores também são servidores públicos). Depois, é preciso reduzir os salários que já estão acima de qualquer nível de decência. Como a Constituição não permite diminuir salários, o correto é congelar os que estão muito altos, até que eles atinjam níveis compatíveis com a realidade salarial no Brasil. Níveis **decentes**. Porque, se isso não for feito, vamos continuar convivendo com odiosas distorções, como a que já tornou famosa a pequena e paupérrima cidade de Pilóezinhos, na Paraíba, onde a prefeita (NCz\$ 4.500,00 mensais) ganha 562,5 vezes mais do que uma professora municipal (NCz\$ 8,00).

Os salários públicos devem guardar, também, algum contato com a realidade do mercado de trabalho fora do âmbito estatal, para evitar o que ocorre, por exemplo, no setor financeiro, onde um funcionário do Banco do Brasil chega a ganhar, normalmente, cinco vezes mais do que um trabalhador de banco privado na mesma função.

Aos políticos — detentores de um mandato popular — cabe zelar pelos bens públicos. Por isso, não basta que eles tenham um bom comportamento pessoal, não ganhem sem trabalhar. Eles devem também cuidar para que outros segmentos do setor estatal não cometam **escorregões**, não prevari quem com o dinheiro que é de toda a população. No cumprimento dessa função, no momento, eles estão **intimados** — por exemplo — a barrar o **trem da alegria** que está sendo montado pelo sr. Sául Ramos, que pretende incorporar aos quadros do governo federal, sem concurso, de cinco a sete mil servidores, com salários médios de NCz\$ 5,8 mil hoje. Os **parlamentares** — se realmente querem mudar sua imagem e cumprir com seus deveres — estão na obrigação de descarrilar o **Trenzinho do dr. Sául**.

Será em votações de temas como esse que eles irão mostrar se realmente estão bem-intencionados, se realmente aprenderam as **lições de democracia** que a sociedade lhes está dando, ou se a cassação de quarta-feira e o relógio de ponto não passam de meios expedientes publicitários.